
Comunicando ações de luta: uma vivência inspirada na Educação Popular

Comunicando acciones de lucha: una experiencia inspirada en la Educación Popular

Sara Soares Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano)
Governador Mangabeira - Brasil

Resumo

O artigo a seguir busca apresentar os caminhos para superação da situação de opressão vivida por trabalhadores (as) – feirantes, ambulantes, camelôs etc. – herdeiros(as) de uma feira livre tradicional na cidade de Feira de Santana (BA). Na qual, as elites locais buscavam, insistentemente, retirar daqueles(as) trabalhadores(as) a sua forma de gerir a vida. Para fazer frente às ações de violência impostas foram elaboradas algumas frentes de trabalho a partir da Comunicação Popular para fundamentar as lutas pela permanência dos(as) trabalhadores(as) em seus locais de trabalho. A metodologia parte da pesquisa-ação, tendo a Educação Popular (EP) e a Comunicação Popular (CP) como referência. Os resultados apontam para uma ação articulada, tendo as redes sociais; o planejamento de ações e o trabalho coletivo como principais considerações observadas no âmbito das ações desenvolvidas.

Palavras-chave: Educação Popular; Comunicação Popular; Movimentos Populares.

Resumen

El siguiente artículo busca presentar los caminos para la superación de la situación de opresión vivida por trabajadores (as) – feriantes, vendedores ambulantes, comerciantes de mercado, etc. – herederos de un tradicional mercado al aire libre en la ciudad de Feira de Santana (BA). En el cual, las élites locales buscaron insistentemente arrebatar a esos trabajadores su forma de gestionar sus vidas. Para enfrentar las acciones de violencia impuestas, se crearon algunos frentes de trabajo basados en la Comunicación Popular para apoyar las luchas por la permanencia de los(las) trabajadores(as) en sus lugares de trabajo. La metodología se basa en la investigación-acción teniendo como referente la Educación Popular (PE) y la Comunicación Popular (PC). Los resultados apuntan a una acción articulada, utilizando las redes sociales; planificación de acciones y el trabajo colectivo como principales consideraciones observadas en el ámbito de las acciones desarrolladas.

Palabras-clave: Educación Popular; Comunicación Popular; Movimientos populares.

1. Introdução

O texto a seguir busca apresentar os caminhos trilhados para superação da situação de exclusão e opressão vivida por trabalhadores e trabalhadoras – feirantes, ambulantes, camelôs etc. – que são herdeiros(as) de uma feira livre tradicional na cidade de Feira de Santana (BA). Na qual, as elites locais buscavam, através do Executivo Municipal, insistentemente, retirar daqueles(as) trabalhadores(as) a sua forma de gerir a vida e no bojo, o direito à cidade, ao trabalho e à sobrevivência. As ações de “rapa” e as violentas remoções de barracas, ocorridas inclusive durante a Pandemia de Covid-19 (Trindade; Silva, 2020) davam uma dimensão da forma como aqueles(as) trabalhadores(as) foram e são tratados pelo Executivo Local. Para fazer frente às ações de violência foram elaboradas algumas frentes de trabalho tendo como foco, aqui apresentado, as atividades de Comunicação da Luta daquelas pessoas pela permanência em seus locais de trabalho. Para tanto, foram tomados os estudos elaborados no âmbito da Educação Popular (EP), a serem consolidados através de um trabalho inspirado na pesquisa-ação, na pesquisa participativa e nas ações do Instituto de Ação Cultural (IDAC). Ao longo do documento serão apresentados alguns fundamentos teóricos para execução das ações, além de atividades práticas e fala dos autores, como são chamadas as pessoas que colaboraram para construção desta pesquisa, sendo feirantes, camelôs, ambulantes e apoiadores.

Nessa perspectiva, será apresentado um pouco do trabalho desenvolvido para atuar naquela situação-problema, pensado no âmbito das resistências e efetivada através das ações coletivas e processualmente construídas pelos membros do Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação da Luta, cumprindo um dos objetivos específicos definidos nesta pesquisa, a saber: “construir, colaborativamente, ações educativas para o fortalecimento da resistência existente”. A seguir será apresentada uma forma de atuação direta na realidade, com vistas a fortalecer a resistência, desde a sua constituição, adesão e perfil dos participantes; os objetivos do Grupo de Trabalho, construídos coletivamente; e, a sua dinâmica de funcionamento, na qual a conta do *Instagram* @trabalhadoresdocentrofsa e o *WhatsApp* tornaram-se principais canais de difusão da voz daqueles sujeitos. Assim, as reflexões e análises construídas e apresentadas foram baseadas nos pressupostos teóricos da Comunicação Popular, de acordo com Peruzzo (2009, 2013), Barbosa e Peruzzo (2017) fundamentadas a partir dos estudos deixados por Freire (1967, 1981, 1983, 1987).

2. A Educação Popular à serviço da Comunicação dos movimentos de luta e resistências populares

A Educação Popular (EP) tem papel fulcral na compreensão daquelas práticas sociais e da luta para existir, enquanto modelo capaz de lançar luz às opressões para transformação da realidade. Afinal, a essência da EP é a prática social transformadora, traduzida num conjunto de ações com “[...] finalidade de compreender coletivamente a vida para transformá-la” (Leis, 2006, p. 73).

A Educação Popular (EP), fundamentada nos estudos de Freire (Gadotti, 2012), tem como definição “[...] o esforço de **mobilização, organização e capacitação** das **classes populares**” (Freire; Nogueira, 1993, p. 19, grifo nosso). Nesse sentido, a EP é uma prática social, educativa e política que acontece no movimento de compreender e transformar a realidade no tocante às desigualdades, exclusões e opressões, pressupondo a participação efetiva dos sujeitos interessados naquela transformação. Neste movimento, há uma compreensão de que os saberes produzidos no interior daquelas práticas sociais e políticas, estabelecem um diálogo constante com outros saberes, inclusive aqueles produzidos nas universidades. Sendo a Educação Popular “[...] um paradigma teórico nascido das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só à construção de saberes, mas também ao fortalecimento das organizações populares” (Gadotti, 2012, p. 20), ela está totalmente vinculada aos movimentos sociais, que são, de acordo com o autor, “portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, direitos humanos, ecologia, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc. dando novo rosto à educação popular” (Gadotti, 2012, p. 18-19).

Dessa maneira, a Educação Popular, no contexto desta pesquisa, está vinculada ao movimento pelo direito ao trabalho, à sobrevivência, à dignidade, à cidade e também à terra, considerando a subjacente disputa por território. Nos termos destacados, importa olhar os processos educativos experimentados pelo povo – feirantes, ambulantes, camelôs e outros – em suas lutas por sobrevivência; na direção das resistências e lutas das classes populares; e do próprio uso da EP enquanto campo ideológico, prático e político para a compreensão e transformação das realidades opressoras.

A Comunicação Popular (CP) surge entre as décadas de 1970 e 1980, como uma forma de comunicação nascida dos movimentos populares na América Latina, sendo inspirada no pensamento Freiriano (Peruzzo, 2009). Com forte caráter político, a Comunicação Popular se constitui uma “[...] forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização, visando suprir suas necessidades de sobrevivência e participação política com vistas a estabelecer justiça social” (Peruzzo, 2009, p. 47). Segundo a autora, a CP é um tipo de “[...] ‘comunicação do povo’, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios, visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência” (Peruzzo, 2009, p. 48). Em resumo, a autora se refere à Comunicação Popular como a:

expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o ‘povo’ como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo (Peruzzo, 2009, p. 49).

Assim, as principais características da CP são: ter sua origem nos movimentos populares; ser um espaço no qual as classes oprimidas podem dizer a sua palavra de forma participativa e democrática; gerar conteúdos emancipatórios e reivindicatórios; ter o protagonismo do povo, enquanto produtor e difusor dos conteúdos; e ter um compromisso com a melhoria das condições de vida das classes populares, afinal, a CP está fortemente ligada à “transformação social” (Barbosa; Peruzzo, 2017, p. 159).

Os meios utilizados pela CP podem ser variados. Desde “pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, slides, alto-falantes, TV de Rua etc.” passando pelo uso de “[...] rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema a cabo, e mais adiante, sites, *blogs*, *fotologs* e listas de discussão na internet” (Peruzzo, 2009, p. 56-57). Podendo acontecer de forma digital, através de “[...] *blogs*, websites, comunidades virtuais, redes, e-zines, emissoras comunitárias na internet” (Peruzzo, 2013, p. 174). No caso do GT de Comunicação da Luta, os meios utilizados são as redes sociais *Instagram* e *WhatsApp*. E os movimentos utilizam carro de som, panfletos, cartazes e faixas como meios de comunicação, conforme pode ser visto neste capítulo e nos registros na conta @trabalhadoresdocentrofsa, no *Instagram*.

Os trabalhos desenvolvidos no GT eram publicados primeiro na conta @trabalhadoresdocentrosfsa, no *Instagram*, e encaminhados, imediatamente, para os grupos no *WhatsApp* e para lista de contatos em rádios e mídias locais, a fim de ampliar a divulgação.

Imagem 1 - Descrição da conta no *Instagram*



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfsa (2022).

A conta @trabalhadoresdocentrosfsa, no *Instagram*, imagem acima, foi criada em agosto de 2020, contando com mais de 1.000 seguidores. Sendo esse, o principal meio de divulgação dos conteúdos produzidos nos movimentos de resistência acompanhados nesta pesquisa. A rede social *WhatsApp* também é usada para impulsionar as postagens e para o diálogo entre os membros do GT e outros trabalhadores. Atualmente, a mais utilizada.

Imagem 2 - Página Facebook “Em defesa do Trabalho no Centro – Feira de Santana”



Fonte: Facebook “Em Defesa do Trabalho no Centro” (2022).

A página “Em defesa do Trabalho no Centro” recebeu, durante algum tempo, as publicações encaminhadas automaticamente a partir do *Instagram*. O uso do *Facebook* não foi priorizado, pois acreditávamos que a criação das contas nesta rede social *online* só poderia ser realizada mediante vinculação a uma conta pessoal. Tal vinculação dificultava a construção de um trabalho de interesse coletivo, uma vez que o proprietário da conta poderia se desvincular do movimento e todo trabalho acabar perdido. Este fato ocorreu em dois momentos distintos, desde a criação das contas em 2020 .

Segundo Peruzzo (2009), a comunicação gerada no âmbito da CP é um movimento de contra comunicação constituído na medida em que possui “[...] posição político-ideológica contestadora do status quo marcada pelas contradições engendradas pelo modo de produção capitalista e o cerceamento às liberdades democráticas” (Barbosa; Peruzzo, 2017, p 158). Assim, as publicações feitas para refutar ou questionar o status quo servem para reforçar a condição de contra comunicação desempenhada pelo GT.

Mesmo com a existência de termos parecidos e, por vezes, visto como sinônimos da Comunicação Popular – Comunicação Comunitária e/ou Alternativa – há diferenças entre eles, principalmente, no que se refere à luta de grupos subalternizados em busca de emancipação (Peruzzo, 2009; Barbosa; Peruzzo, 2017). Para efeito deste estudo, a definição adotada refere-se àquela apresentada por Peruzzo (Barbosa; Peruzzo, 2017, p. 160), quando define a Comunicação Popular e Comunitária como sendo aquela em que os processos de comunicação são

[...] constituídos no âmbito dos movimentos sociais populares e nas comunidades de diferentes tipos, tanto as de base geográfica como as que são marcadas por outros tipos de afinidades. Não tem fins lucrativos e seu caráter é educativo, cultural e mobilizador. Se caracteriza pela participação ativa horizontal do cidadão: na produção, na emissão e na recepção dos conteúdos. Isso a torna um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social, portanto, deve se submeter às suas demandas.

Sendo nascidos nos movimentos populares, com um caráter fortemente educativo, a participação das pessoas é “[...] o eixo central da Comunicação Popular” (Peruzzo, 2017, p. 161). Os níveis de participação são diferentes e tornam-se, gradualmente, mais efetivos e amplos, principalmente na geração de demandas e produção dos conteúdos. De acordo com Peruzzo (Barbosa; Peruzzo, 2017, p. 162, grifo nosso), a “[...] participação popular é algo que se constrói lentamente, algo que se conquista”. Nesse sentido, esse processo lento e

conquistado vem sendo construído, no âmbito do GT de Comunicação, apesar dos desafios.

De acordo com a compreensão Freiriana (1987, p. 43), a comunicação é o que dá sentido à vida. Devendo, nesta perspectiva, negar os comunicados, o conhecimento depositado e os mitos, constituindo-se como parte importante no processo de superação do pensamento mágico, na medida em que se propõe a pensar o próprio pensamento mágico e ingênuo para superação do mesmo. “[...] a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação” (Freire, 1987, p. 65-66). A comunicação concebida pelo autor está completamente ligada à existência humana, na perspectiva em que as pessoas são vistas como “[...] seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação”. Sendo assim, reitera Freire (1987, p. 79), “Obstaculizar a comunicação” é transformar as pessoas em “[...] quase ‘coisa’ e isto é tarefa [...] dos opressores”.

Nessa perspectiva, Freire (1983, p. 44) defende que “O mundo humano é [...] um mundo de comunicação”, que acontece em “coparticipação”. Dessa maneira, explica Freire (1983, p. 45), “O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. [...] É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário[...]”. E reforça dizendo que o “[...] ato de pensar se dá na comunicação”. E essa, por sua vez, só acontece se não for uma “[...] transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1983, p. 46). Nesse sentido, amplo e vital, relacional, dialógico, participativo, ativo e completamente intrínseco à condição humana e à sua existência, que Freire (1983; 1987) apresenta a comunicação.

Essa comunicação ganha uma importância significativa para os movimentos de resistência, na medida em que se faz necessário dizer para uma quantidade diversa de pessoas, os objetivos de existir daqueles movimentos. No caso específico, esta comunicação precisa ser com as pessoas diretamente interessadas na manutenção dos seus locais de trabalho; com a sociedade em geral; e, em especial, com aqueles que trabalham para retirar trabalhadores e trabalhadoras do Centro desta cidade. Assim, ao mesmo tempo, a comunicação vai servir para mobilizar e organizar os iguais; informar à sociedade; denunciar as opressões e anunciar o que esperam com a resistência. Logo, são muitas perspectivas de diálogo, percebidas no âmbito das lutas e através do trabalho de comunicação desenvolvido

no GT de Comunicação da Luta.

Diante de tanto a dizer, Freire (1996, p. 60) alerta sobre o direito e o dever das pessoas de dizerem a sua palavra e de comunicarem aos outros a sua verdade. “Quem tem o que dizer tem igualmente o direito e o dever de dizê-lo”, e quando esse direito de dizer a palavra for negado, é necessário reconquistá-lo, “[...] proibindo que este assalto desumanizante continue” (Freire, 1987, p. 52). O autor faz uma ressalva, como de costume, para destacar que outros também têm algo para dizer, por isso, há também a necessidade de escutar. Neste movimento dialógico, o autor apresenta uma comunicação nascida no direito e dever de falar, no dever de escutar, na solidariedade e na participação. Nesta direção, Peruzzo (2013, p. 174-175) afirma que a comunicação serve para:

[...] melhorar as condições de vida e de conhecimento das pessoas por meio da conscientização e promoção dos direitos humanos, favorece o exercício da cidadania ao abrir espaço para difundir a voz do cidadão e possibilitar que este participe ativamente das demais fases do processo comunicativo, como dos próprios planos de produção e difusão de conteúdos e da gestão do meio.

Nesta medida, somente a participação das pessoas em processos como esses já favoreceria, segundo a autora, a compreensão de questões importantes para vida em sociedade, como promoção dos direitos, exercício da cidadania e participação social. Além disso, a autora destaca o aprender na prática, “uns com os outros”, como relevante, mesmo apontando a necessidade de uma formação mínima para uso das tecnologias da comunicação, “[...] manuseio de computador, criação de *blogs*, operação de filmadoras, etc.” (Peruzzo, 2013, p. 175). No entanto, este direito à comunicação não se restringe à inclusão ou ao direito de acesso à informação. Na Comunicação Popular, ele se manifesta enquanto direito de produzir e difundir conteúdos, informações e notícias. Mesmo porque, “Se é dizendo a palavra” e “[...] ‘pronunciando’ o mundo” (Freire, 1987, p. 52) que os homens e mulheres podem transformá-lo, a comunicação torna-se fulcral para as mudanças desejadas.

Cumpramos reafirmar que as resistências existiam antes desta pesquisa, seguem e continuarão existindo independente deste trabalho. Desse modo, o que se buscou com as ações práticas para atuação junto aos movimentos de resistência, apresentadas neste capítulo, foi contribuir para o fortalecimento das resistências empreendidas por trabalhadores e trabalhadoras contra as exclusões e opressões. Numa proposta de atuação que fosse pensada, junto com os sujeitos, na perspectiva de propor soluções para os

problemas reais daquelas pessoas; em que fosse possível a participação efetiva desta pesquisadora e dos sujeitos envolvidos naquela situação-problema real; e na qual os saberes do povo fossem respeitados.

3. A Comunicação Popular em Ação

Uma reunião proposta pelo Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro da Cidade [abr. 2021], marcou o início do pensar sobre a organização de um GT específico para comunicação das resistências. Neste encontro, estiveram presentes camelôs, ambulantes, feirantes, artesãs e artesãos, diretamente envolvidos na luta por permanência no Centro de Feira de Santana; apoiadores(as) ligados(as) ao coletivo; e pesquisadores(as) de diversos organismos: Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia (ABJD) - Núcleo Bahia; Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED); Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS; Núcleo de Prática Jurídica da UEFS (NPJ); Grupo de Pesquisa Lugar Comum (FAUFBA) e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e outros (Feira de Santana..., 2021).

As demandas tratadas diziam respeito a questões jurídicas para analisar as denúncias de irregularidades do projeto e do contrato vinculados ao *Shopping Popular*; e inerentes à consolidação de um documento urbanístico de requalificação do Centro de Feira de Santana que mantivesse os(as) trabalhadores e trabalhadoras – feirantes, camelôs e ambulantes – atuando nas ruas centrais da cidade. As atividades no campo do direito fizeram alguns progressos na assessoria jurídica e na identificação de potenciais irregularidades do Projeto *Shopping Popular*. Do ponto de vista Urbanístico, não houve avanços para a construção de uma Proposta Alternativa de Requalificação, com permanência daqueles(as) trabalhadores e trabalhadoras. O projeto divulgado pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em arquitetura e urbanismo, Mariana Amaral da Silva (2020), desenvolvido especificamente para a rua Marechal Deodoro e adjacências. Mesmo não alcançando todo o Centro, o trabalho arquitetônico constitui-se um Projeto Alternativo à Requalificação imposta pelo Executivo Municipal. Sendo prova inconteste da possibilidade de permanência organizada da feira livre e do comércio popular de rua no Centro de Feira de Santana.

A partir das deliberações a respeito daqueles dois grupos de trabalho foi possível pensar a organização de outra demanda que se tornou cada vez mais evidente em diálogos

nos grupos de *WhatsApp*. Tratava-se da área de comunicação, que exigia uma ação organizada e coordenada. Numa das conversas no grupo “Luta camelô”, no *WhatsApp*, um dos apoiadores, ligado ao movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, trouxe relatos de uma reunião com os(as) feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro, dentre os quais abordava algumas necessidades urgentes do movimento

*precisamos **acionar** a maior quantidade possível de **meios de comunicação** para **denunciar** o governo e exigir o diálogo; [...] **mobilizar** o máximo possível de **apoiadores** externos da causa; [...] de **pessoas da feira para se somar ao movimento** de resistência, [...] **redistribuir os ‘mosquitos’** com as propostas alternativas para organização da feira, circular com **carro-de-som** pela Marechal e vias centrais, convocando os e as feirantes e denunciando o autoritarismo do governo – **difundir a narrativa** baseada na ‘linha do tempo das **tentativas de estabelecer o diálogo com o governo e falta de respostas**’; precisamos garantir materiais [...] para **dar visibilidade às nossas reivindicações** [...] (Apoiador1, via *WhatsApp*, abr.2021, grifo nosso).*

A sugestão de outra apoiadora, neste mesmo diálogo, foi no sentido de “formular um texto padrão de divulgação (curto, objetivo, informativo) e cada qual, a partir dos seus contatos (redes, *blogs*, jornalistas, dentro e fora de Feira) trabalha pra divulgar e pedir divulgação [...]”. Foi assim, a partir de um diálogo que apontava, fortemente, as demandas de um movimento para a questão da comunicação, que a ideia de criar um GT de Comunicação começou a materializar-se. O pretendido era construir um espaço capaz de congregar as ações de comunicação, colaborando para dar visibilidade aos movimentos e suas pautas; denunciar as opressões sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Centro, fossem ambulantes, feirantes, camelôs, artesãos, artesãs e outros; e também anunciar outras formas de permanência.

No começo de 2020, essa mesma demanda havia sido discutida pelo “Coletivo de Trabalhadores em Defesa do Trabalho no Centro”, durante um diagnóstico que visava identificar no movimento da resistência, à época, mais fortemente empreendido pelos(as) camelôs, quais eram os pontos fortes e aqueles que poderiam ser melhorados nos movimentos. A reunião contou com a participação de 14 (quatorze) pessoas entre camelôs (lideranças do movimento), representantes sindicais, professores(as), advogados(as) e estudantes. Dentre os pontos discutidos, alguns foram destacados para efeito desta análise. Pontos positivos do movimento: a) contato direto com a população, por meio das trocas comerciais; b) tempo de rádio dos sindicatos, cedido para o coletivo divulgar a resistência. Pontos de Melhoria: a) falta de informação da sociedade quanto à situação do *Shopping*

Popular e das opressões vividas por trabalhadores e trabalhadoras do Centro; b) facilidade de acesso do empresário do Shopping Popular na mídia escrita e televisionada, construindo uma narrativa unilateral. O diagnóstico realizado, nessa ocasião, identificou a necessidade premente de comunicação com a sociedade em geral, para que esta conhecesse as opressões vividas por feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; a necessidade de dialogar com os(as) trabalhadores e trabalhadoras impactados(as) pela “requalificação”; e a urgência em rebater os discursos unilaterais construídos pelo Executivo Municipal e iniciativa privada contra aquelas pessoas. Após identificação dos pontos, algumas ações foram empreendidas, conforme Plano de Ação construído à época.

Quadro 1 - Plano de Ação parcial

Ações definidas	Responsáveis ⁱ	Prazos	Situação
Participar de entrevista em Rádio local	-	29/02/20	Realizado
Elaborar Texto para Panfleto	-	04/03/20	Realizado
Participar do Ato de Mobilização das mulheres	-	07/03/20	Realizado
Visitar rádios para mobilizar e informar trabalhadores e população sobre o movimento de resistência	-	02 a 11/03/20	Realizado
Realizar audiência Pública na Praça Bernardino Bahia, às 16 horas. Informações com microfone aberto	Todos	11/03/20	Realizado
Reunir coletivo para avaliar as ações e avançar na construção de outras atividades para o Plano de Ação	Todos	13/03/20	Não Realizado ⁱⁱ

Fonte: própria autora (Notas de campo, 2020).

As ações dentro da Comunicação Popular seguiram e seguem sendo necessárias, principalmente, em função da difusão de discursos (re)produzidos e veiculados pela mídia local, nos quais a feira livre é apresentada como suja, feia e inconveniente; em função das ideias de expulsão e “higienização” daquelas pessoas dos espaços públicos; e da forma de contar os fatos sobre feirantes, ambulantes e camelôs a partir de uma certa ótica burguesa. A cada momento, o tema da comunicação parecia mais óbvio, na medida em que era sentido “[...] nas relações homens-mundo”, pois não se encontrava “[...] nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens” (Freire, 1987, p. 62). Assim, tornava-se imperativo pensar ações para atender às demandas de Comunicação dos Movimentos.

É neste contexto que surge o GT de Comunicação da Luta, reunindo feirantes, ambulantes, camelôs e apoiadores(as), a partir da sinalização feita pelo, à época, recém organizado movimento de resistência de feirantes e ambulantes da Marechal Deodoro, quase um ano após o movimento dos(as) camelôs e ambulantes, através do Coletivo, ter apontado para a necessidade de estabelecer uma comunicação partindo da voz dos oprimidos. O GT acabou se constituindo, na perspectiva da Educação Popular e da Comunicação Popular, num movimento para apoiar as resistências organizadas por trabalhadores e trabalhadoras do Centro de Feira de Santana (BA). Naquele momento, havia a percepção de que os movimentos de resistência aconteciam em várias frentes e em diversos âmbitos, fossem nas mobilizações, nas discussões políticas e também na disputa de narrativas na mídia local. Sendo o GT, uma possibilidade de organizar um espaço através do qual os movimentos de resistência pudessem apresentar as suas próprias perspectivas sobre os fatos. Era a reconquista do direito de falar, como Freire (1987) havia dito.

Assim, num cenário pós-expulsão de parte dos(as) trabalhadores e trabalhadoras do Centro (especificamente dos Camelôs que atuavam na rua Sales Barbosa e adjacências, ocorrido durante a pandemia); início da resistência organizada na Marechal Deodoro; e reorganização dos(as) camelôs no *Shopping Popular*, buscou-se, além das frentes jurídica e urbanística, em andamento, à época, constituir um GT para pensar as demandas da comunicação, propor diretrizes e caminhos para estabelecer um diálogo entre os movimentos de resistência, os trabalhadores e as trabalhadoras interessados(as) e a sociedade em geral.

O primeiro ato do GT de Comunicação foi a realização de uma Roda de Conversa com representantes da União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil (UNICAB) para falar de estratégias de mobilização, conhecer o trabalho da Organização e começar a pensar a comunicação coletivamente.

Imagem 3 - Reunião de discussão sobre Comunicação

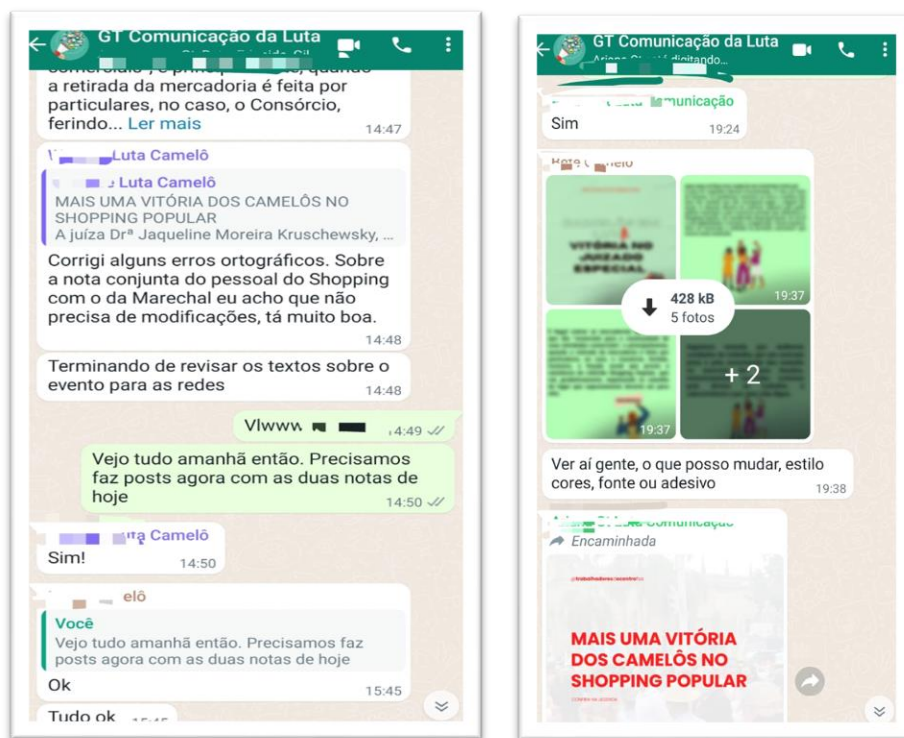


Fonte: @trabalhadoresdocentrofsa (2021).

A partir da roda de conversa virtual, que contou com a participação de 24 pessoas – entre trabalhadoras, trabalhadores, apoiadores(as) e membros da UNICAB, sendo um jornalista – que o GT de Comunicação da Luta marcou o início de suas atividades. Desde a configuração inicial, o GT conta com a participação de feirantes e ambulantes do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio; camelôs realocados(as) para o *Shopping Popular*; além de estudantes, professores(as) e ativistas em movimentos sociais, vinculados ou não a partidos políticos de esquerda. À época, o grupo era formado por dezesseis participantes, sendo dez mulheres e seis homens. Destes, duas eram camelôs, cinco feirantes, um ambulante e oito apoiadores(as).

A partir das discussões, foram produzidos encaminhamentos que se tornaram os objetivos daquele Grupo de Trabalho: a) Denunciar as opressões contra os feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; b) Divulgar ações de resistência empreendidas pelo movimento A Feira da Marechal é Patrimônio e aquelas promovidas pelos(as) camelôs no *Shopping Popular*; c) Construir percepções positivas sobre o trabalho no Centro da Cidade que colaborem para: - Valorizar a prática social que ocorre no Centro de Feira de Santana; - Reforçar os valores produzidos na feira livre (solidariedade, companheirismo, afetos etc.); - Valorizar a participação histórica dos(as) camelôs no Centro de Feira de Santana; - Ampliar a ideia daquela prática social enquanto geradora de trabalho e renda. Alguns dos resultados desta *práxis* podem ser acompanhados na tese de Costa (2022) ou no *Instagram* dos(as) trabalhadores(as) do Centro.

Imagem 4 – Produção e correção de textos e cards



Fonte: própria autora, *WhatsApp* pessoal, Grupo GT de Comunicação da Luta (2022).

Essas imagens retratam o processo de construção de *cards* e textos para os movimentos dentro do GT de Comunicação da Luta, sendo um para elaboração de material em apoio aos(as) professores(as) municipais em greve e uma nota sobre decisão judicial favorável aos(as) camelôs no *Shopping Popular*. À esquerda, a sinalização referente à correção de textos, posteriormente publicados. A imagem do lado direito, apresenta a construção realizada por uma camelô e compartilhada no Grupo.

A principal forma de divulgação utilizada pelo GT, conforme dito anteriormente, é a publicação nas redes sociais *Instagram* e *WhatsApp*. Após a publicação naquela rede, o *post* é encaminhado para os movimentos e para a lista de contatos em rádios, *blogs* e jornais locais, através do *WhatsApp*.

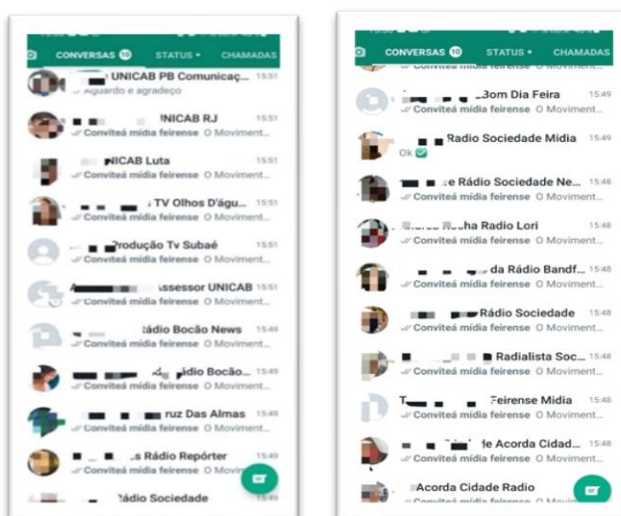
Imagem 5 - Card convite para o Seminário publicado nas redes sociais



Fonte: @trabalhadoresdocentrosfa (2022).

Acima, um card produzido por uma pessoa de fora do GT (colaborador eventual) e publicado nas redes sociais e enviado com um texto para os contatos em veículos de comunicação. Nesta altura, as pessoas que sabiam produzir cards saíram do grupo ou não podiam realizar a atividade naquele momento.

Imagem 6 – Print sobre contatos com a mídia local



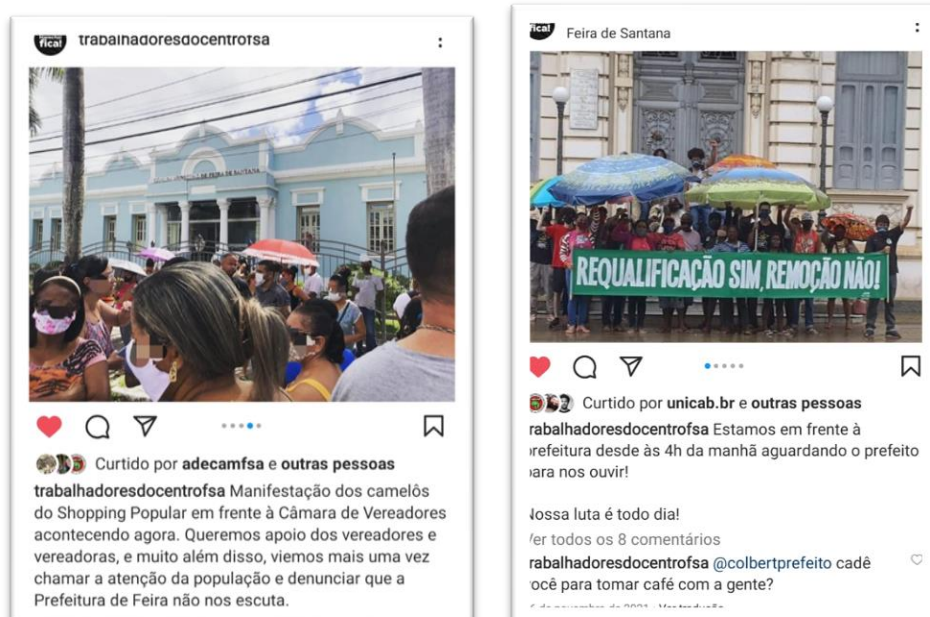
Fonte: própria autora WhatsApp pessoal (2022).

A imagem acima exemplifica o processo de envio de convites, notícias, denúncias e outras formas de comunicação com a imprensa local, efetivado através do GT de Comunicação da Luta. Esta função ficou sob a responsabilidade de uma feirante, membro do GT de Comunicação e ligada ao movimento de resistência A Feira da Marechal é Patrimônio. Sendo que o Movimento dos Camelôs expulsos do Cento de Feira de Santana e realocados para o *Shopping Popular* constrói seus *cards* de forma autônoma.

A cobertura dos eventos, atos, manifestações etc. era realizada pelos próprios membros do GT que participavam diretamente das atividades e recolhiam informações, imagens e depoimentos, repassados para o grupo no *WhatsApp*. Após a recepção do material, esses eram postados nas contas e encaminhados para os grupos daquela rede social. Algumas vezes era possível publicar as informações em tempo real e/ou realizar a produção no pós-evento, com textos mais elaborados para repercussão nas redes sociais e veículos de comunicação local.

No caso do Seminário, Imagem 5, que se constituiu em uma estratégia do movimento A Feira da Marechal é Patrimônio, realizada com antecedência, foi possível transmitir o evento em forma de *live*, ao vivo, através da conta *@trabalhadoresdocentrofsa*, e a cobertura teve apoio de membros do GT e colaboradores externos ligados ao referido movimento.

Imagem 7 - Manifestações ocorridas em nov. 2021



Fonte: *@trabalhadoresdocentrofsa* (2022).

As imagens acima são de duas manifestações, sendo uma promovida por camelôs, em frente à Câmara de Vereadores, e a outra por feirantes da Marechal Deodoro, respectivamente. A segunda imagem, de um post sobre uma manifestação descrita no subcapítulo 4.2, registra um momento de descontração que repercutiu nas redes sociais. Um convite inusitado, feito ao prefeito Colbert Martins Filho, para um café com os feirantes que estavam na porta da prefeitura desde a madrugada, “@colbertprefeito cadê você para tomar café com a gente?” reproduziu a administradora da conta. @_alves_beatriz marcou o prefeito e prosseguiu “@colbertprefeito cadê você pra tomar um cafezinho com os trabalhadores?” Neste dia, o prefeito recebeu alguns feirantes da Marechal Deodoro. Não é possível afirmar se há relação direta com esse momento descontraído e acolhedor, mas esse foi o único dia em que o prefeito recebeu representantes daquele movimento, até aquela data, apesar dos ofícios solicitando audiência. Se assim for, não é possível deixar de pensar que um convite para um café é, antes de tudo, algo afetuoso, é um convite ao diálogo. E o que é o diálogo se não uma “[...] relação horizontal de A com B.”, permeada do “amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” e nutrida da crença de que as pessoas podem ser mais (Freire, 1967, p. 114; Freire, 1987).

As publicações referentes aos atos, manifestações e denúncias, buscavam alcançar dois objetivos definidos no GT, a saber: denunciar as opressões contra feirantes, ambulantes e camelôs do Centro de Feira de Santana; e divulgar as ações de resistência empreendidas pelos movimentos A Feira da Marechal é Patrimônio e os(as) camelôs no *Shopping Popular*, através da ADECAM. As demais publicações, especialmente, àqueles referentes as mobilizações, novos discursos, formação e campanhas, serviam para a construção do espaço de diálogo entre os movimentos de resistência e a sociedade feirense; e para apresentar uma imagem positiva sobre a feira livre, o comércio popular de rua e os(as) seus trabalhadores e suas trabalhadoras. Em uma primeira análise, as categorias podem ser agrupadas em dois eixos: das denúncias das opressões e das mobilizações das trabalhadoras; e do anúncio, com campanhas, formação, percepções das trabalhadoras, cartas à sociedade etc.

4. Considerações Finais

Considerando o objetivo deste artigo que era de comunicar os caminhos traçados a partir da EP e CP para superação das exclusões vividas por trabalhadores e trabalhadoras feirantes, ambulantes, camelôs etc. uma feira livre tradicional na cidade de Feira de Santana

(BA) foi possível apontar a CP enquanto forma possível daquelas pessoas dizerem a sua palavra de denúncia das opressões vividas, mas principalmente dos anúncios daquilo que pode ser.

Após um ano de atividade do GT de Comunicação da Luta (2021-2022) foi possível observar também que as notícias referentes as mobilizações, manifestações e atos públicos ganhavam mais interesse da mídia local, em detrimento das ações positivas, como cafés, seminários e outros que não ganhavam uma procura das agências de comunicação para realização de cobertura ou mesmo para reprodução daquelas notícias.

Outro ponto a ser considerado também é a necessidade de reservar avaliações formais dentro dos movimentos para haver a sistematização. Normalmente, após as ações as pessoas comentavam as impressões sobre as atividades de forma livre. Essa falta acaba representando um desafio para o grupo e movimentos como um todo, uma vez que impossibilita a percepção de pontos a serem melhorados e os avanços no trabalho. No entanto, as percepções mais importantes do trabalho desenvolvido, no âmbito deste Grupo de Trabalho, são a visibilidade que as lutas tiveram; a organização dos movimentos, cumprindo os seus objetivos mais urgentes; e, por fim, é de que dentro das condições objetivas, as pessoas fizeram e fazem o que podem e da forma que conseguem fazer, conforme lembra Freire (1981).

Referências

BARBOSA, Alexandre; PERUZZO, Cícília. Cícília Peruzzo e as Vozes das Classes Subalternas da América Latina. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 25, 2017.

COSTA, Sara Soares. **Bocapiu, esteira e gibão: os processos educativos construídos nas resistências de sujeitos-trabalhadores(as) na feira livre do Centro de Feira de Santana (Ba)** 234f. (Tese). Doutorado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 10-32, dez, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em: 03 set. 2020.

LEIS, Raúl. As Palavras São Noivas que Esperam: dez reflexões a compartilhar. In: PONTUAL, Pedro. IRELAND, Timothy (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2006.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Conceitos de Comunicação Popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações do setor. **ECO-pós**. v. 12, n.2, maio-ago. 2009, p. 46-61.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura** - v.11, n. 01, jan. – abr., 2013. p. 138-158. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980> Acesso em: 17 maio 2022.

SILVA, Mariana Amaral da. **Reconfiguração da rua Marechal Deodoro e seu entorno**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Dapp5oFfqaCSttCToIKIUOnERGMdDI8MA> Acesso em: 07 dez. 2021.

TRINDADE, Andrea; SILVA, Ney. Prefeitura retira barracas da Praça do Nordeste e gera reclamações de camelôs: vários vídeos circularam nas redes sociais neste fim de semana no momento da remoção, com a presença de ambulantes reclamando. **Acorda Cidade**, Feira de Santana, ago. 2020. Seção Feira de Santana. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/231168/prefeitura-retira-barracas-da-praca-do-nordestino-e-gera-reclamacoes-de-camelos.html?mobile=true> Acesso em: 01 abr. 2020.

Notas

ⁱ Nomes retirados para preservar identidade das pessoas.

ⁱⁱ Atividade não realizada, conforme calendário, em função da Pandemia de Covid-19.

Sobre a Autora

Sara Soares Costa

Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestra em Educação (2017) e graduação em Pedagogia (1998) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui experiência em Educação de Jovens e Adultos (EJA) na condição de alfabetizadora, coordenadora pedagógica, gestora, além de consultora junto ao Ministério da Educação (MEC) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO). E-mail: sara.costa.mamona@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-8190-5033>

Recebido em: 26/04/2024

Aceito para publicação em: 15/05/2024